

Andreazza diz que índio tem direito à terra e às riquezas

Índios e fazendeiros estão em pé de guerra

Brasília — "É iminente" um conflito armado entre cerca de 30 fazendeiros e seus peões e cinco nações indígenas do Norte do Parque Nacional do Xingu, onde no último fim de semana morreram a bordunadas 11 peões da fazenda São Luís. A previsão foi comunicada, por ambas as partes, ontem, ao presidente da Funai, Coronel Nobre da Veiga, cuja visita não conseguiu superar o impasse pela posse de terras naquela região.

Ele esteve reunido com os fazendeiros na localidade de São José do Xingu — conhecida pelos habitantes da região como São José do Bang-Bang — levando a proposta de criar, entre os 40 quilômetros pleiteados pelos índios tucarramães, uma reserva florestal do IBDF na margem esquerda do rio Xingu e deixar o restante com os fazendeiros.

Mas estes não concordaram e, durante uma acalorada reunião, pediram a reativação da BR-80, rejeitaram proposta para contornar a rodovia em 300 quilômetros, propuseram-se a construir sede para um comando militar e defenderam a emancipação do índio como única forma de convivência pacífica.

Fotógrafos cercados

Durante a realização da reunião, nos fundos do posto de gasolina de São José do Bang-Bang, foi autorizada a presença de fotógrafos na aldeia de Kretire, onde os índios realizaram uma festa na noite anterior "pela vitória" diante dos fazendeiros, que abriam uma gleba de 15 quilômetros em área de perambulação dos tucarramães, kreanakarores, trumais, suiás e kaiaby.

Ocorreu, no entanto, que o diretor do Parque Nacional do Xingu, Francisco de Assis, não garantiu a integridade física dos fotógrafos. Assim que o avião pousou na aldeia, os fotógrafos Guilherme Romão, do JORNAL DO BRASIL, Sérgio Borges, do Estado de São Paulo, e Carlos Humberto, da revista Manchete, foram cercados por cerca de 30 índios, ainda pintados para guerra, enquanto que o diretor do parque, alegando dor de barriga, correu para o banheiro do posto.

Foram 15 minutos de tensão, com os índios apontando as bordunas para os fotógrafos, enquanto falavam entre si em língua kaiapo; e os fotógrafos engrantavam nomes de pessoas conhecidas na região e com crédito junto aos índios.

Esta reação foi resultado de uma inabilidade do presidente da Funai, Coronel Nobre da Veiga, em não descer na aldeia — a 20 minutos de avião de São José do Bang-Bang — antes de se reunir com os fazendeiros. Os índios o aguardavam e, terminada a reunião com os fazendeiros, se recusaram a entrar num avião da Funai para encontrá-lo no Posto Diáurum, que representa a Funai no Norte do Parque Xingu.

Solução a longo prazo

Além deste desencontro e de permitir que o cacique tucarramãe, Raoni, viajasse, antevendo, de Brasília para São Paulo, em plena "situação de guerra", o Coronel Nobre da Veiga se manifestou politicamente diante dos fazendeiros, ao defender os índios e a garantia de suas terras. Por exemplo, quando o advogado Luís Carlos Silva Lima, proprietário da fazenda São Luís, onde ocorreram as mortes, mencionou o General Custer e o exemplo da colonização americana para ser aplicado no Norte do Mato Grosso, disse o presidente da Funai: "Nossos militares jamais se prestarão a acabar com nossos índios."

Foi neste tom que transcorreu a assembléia, embora os fazendeiros, juridicamente, considerem-se com a razão, pois adquiriram as terras confiando em certidões negativas fornecidas em 1973, pelo então presidente da Funai, General Bandeira de Mello. Mas, como disse aos repórteres o Coronel Ivan Zanoni, diretor do Departamento Geral de Projetos Comunitários, a assembléia de ontem foi apenas para "desarmar os espíritos", porque a solução definitiva só virá a longo prazo.

Polícia própria

Os fazendeiros deixaram claro ao presidente da Funai que, caso não seja instalado um comando militar na área, constituirão sua própria polícia. E a reunião terminou sem nenhum resultado concreto para nenhuma das partes, principalmente para os índios, que dela não participaram, porque não haveria nenhuma condição para isso.

Os fazendeiros, antes da reunião, responsabilizaram sete pessoas que, no seu entender, proporcionaram, ao longo dos anos, a revolta dos tucarramães: o Ministro do Interior, Mário Andreazza, que inaugurou em 1971, como Ministro dos Transportes, a BR-080, que ligaria Brasília a Manaus e, em março de 1979, determinou a desativação da estrada; o antropólogo Olímpio Serra, diretor do Parque Xingu por três anos e meio, os irmãos Cláudio e Orlando Villas-Boas, o ex-presidente da Funai, engenheiro Adhemar Ribeiro da Silva, o sertanista Sidney Possuelo e o Bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia, Dom Pedro Casaldaliga.

Durante os próximos 10 dias, enquanto o cacique Raoni não retornar de São Paulo para acompanhar o presidente da Funai até a Aldeia Kretire, é imprevisível o que poderá ocorrer entre os índios e os fazendeiros de São José do Bang-Bang, porque ambos estão armados e a animosidade é mútua. O diretor do Parque Nacional do Xingu, como ficou evidente no episódio ocorrido com os repórteres, perdeu o controle da situação, enquanto que a Polícia Federal — cerca de 25 agentes — passou a tarde de ontem ocupada com a exumação dos 11 corpos para ver se nenhum deles foi morto a bala, embora os únicos cinco sobreviventes testemunhem que os índios deixaram uma borduna ao lado de cada corpo.

"Existem prescrições na Constituição que determinam que as áreas habitadas pelos índios a eles devem pertencer, e também o usufruto de suas riquezas. Os incidentes ocorridos recentemente com os 11 peões, mortos pelos índios tucarramães, em pé de guerra, vão alterar a atual política indigenista implantada pelo Governo."

A afirmação é do Ministro do Interior, Mário Andreazza, em entrevista à imprensa, após as solenidades comemorativas dos 40 anos do Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS). O Ministro informou que o presidente da Funai, Coronel Nobre da Veiga, já está no local para fazer um levantamento de todos os acontecimentos.

Inaceitável

O Sr Mário Andreazza considerou "inaceitável e sem justificativa" o incidente ocorrido entre os índios e os peões, quaisquer que tenham sido as causas: "Temos que verificar bem os fatos, para descobrir sua origem. Não se pode considerar esse acidente como algo que venha a influir em nossa política indigenista, cuja causa deve ser colocada acima de todos esses fatos que ocorrem isoladamente no país."

Embora a área esteja em estudos e se busque para ela uma solução definitiva, o desfecho foi uma surpresa para o Ministro Andreazza. "Realmente não esperávamos este incidente. Os fazendeiros haviam sido alertados para não entrar naquela área, e tínhamos acordos com os índios para que não houvesse conflitos. Julgávamos que a situação estivesse pacificada, mas aconteceu este fato, que todos lamentamos e que vem sendo devidamente apurado. Os acontecimentos contrariam completamente a índole do nosso índio, que não ataca populações desarmadas. O ineditismo do fato nos leva a crer que existem elementos desconhecidos para nós."

O presidente da Funai, Coronel Nobre da Veiga, e a Polícia Federal já estão no local a fim de apurar os acontecimentos, "para que possamos tomar uma decisão. Por enquanto, a nossa idéia é seguir rigorosamente a lei. As terras dos índios são inalienáveis. Já houve um acordo, feito parcialmente, apenas com duas partes, e com a viagem do presidente da Funai pretendemos que o acordo se estenda aos demais caciques da região e a todos os fazendeiros da área, de forma a criar um clima que nos permita buscar uma solução definitiva, uma vez que esta área era dividida pelas populações indígenas e estava sendo estudada, a fim de ser convenientemente demarcada."

Soluções

O Ministro adiantou que já existem idéias para se chegar a uma solução definitiva para a região, "como, por exemplo, a modificação do traçado de todas as rodovias que passam pela área indígena. Estamos estudando também a demarcação definitiva destas terras, porque a causa indigenista merece todo o

nosso respeito. Não nos podemos deixar influenciar pelos fatos isolados. Fizemos um levantamento de todas as áreas onde existe tensão, como na reserva de Parabuburi, onde foram aprovados os recursos necessários para a indenização dos fazendeiros da região. Já resolvemos os problemas de Pimentel Barbosa, da Ilha de Bananal, dos índios pataxós, e estamos solucionando as questões de Borda do Corde, no Maranhão. Já chegamos ao final dos estudos da Ilha de Ionomani."

O Sr Mário Andreazza falou das dificuldades na demarcação das terras indígenas, lembrando que muitas vezes os fazendeiros são retirados destas áreas mesmo depois de comprá-las. "Suponhamos que uma área indígena comporte 200 famílias. Para os índios ocuparem a região é preciso retirar os fazendeiros do local, mas não pode ser "sai daí", e está acabado, porque muitas vezes eles estão ali em projetos aprovados pelo Governo. Alguns têm até o certificado negativo da Funai, que declara a inexistência de índios naqueles locais. Mas nada disso vale quando a área é comprovadamente indígena, e não podemos retirá-los simplesmente porque são todos brasileiros e estão ali de boa-fé."

Segundo o Ministro, é necessário, então, fazer um cadastramento e levantamento de todas as beneficiárias realizadas pelos fazendeiros. "É preciso indenizá-los e encontrar outras áreas em igualdade de condições para assentá-los. O problema não pode ser resolvido de uma hora para outra e no meio de tudo isso existe o clima de ódio, bem claro neste acidente: os índios declararam que se os brancos entrarem em suas terras voltarão a matá-los e estes, por sua vez, prometeram ir à força e não deixar nenhum índio vivo. Isso tudo complica as coisas."

Outro problema que envolve a questão das demarcações é o movimento das fronteiras agrícolas. "Temos, só na região de Rondônia, cerca de 9 mil famílias chegando por mês. Isso tudo não pode ser resolvido em 24 horas. Não temos como remover 200, 300 famílias que estão ali com seus títulos. Nessa área onde ocorreu o massacre, a Funai entregara aos fazendeiros um atestado negativo, dizendo que ali não havia índios. Eles compraram a terra, receberam a titulação e depois é que se constatou que a terra é indígena. Temos que fazer com a maior pressa possível a demarcação dessas áreas, o que não é fácil. Além de todas essas dificuldades, há a falta de recursos para a indenização, desapropriação e assentamento dos removidos."

O Ministro Mário Andreazza considerou possível a abertura de um inquérito administrativo para a investigação sobre os atestados negativos concedidos pela Funai aos fazendeiros, "mas o atestado pode ter sido dado de boa-fé. A Funai poderia achar que aquela área não era indígena porque se trata de uma região imensa. Não podemos nem imaginar como alguém possa aceitar viver num local tão isolado. Temos mesmo dificuldade de encontrar pessoas para atuar na área. Mas prometemos que tudo isso vai ser apurado" concluiu.

Ministério vai mostrar as áreas de atividades

Brasília — A Meta é a Valorização do Homem é o tema da exposição em que o Ministério do Interior aborda todas as áreas de atividades, voltadas em benefício do sertanejo, do favelado e do índio, e que será inaugurada dia 20 no Conjunto Nacional Brasília, e posteriormente instalada em São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza, Belém e Manaus, entre outras cidades.

A exposição apresenta vários painéis sobre cada uma das áreas e atuação do Ministério: habitação, saneamento, desenvolvimento regional e urbano, Projeto Rondon, comunidades indígenas, Territórios Federais, meio ambiente e defesa civil, que trata da prevenção e assistência das calamidades públicas.

Em cumprimento à Constituição, ao Estatuto do Índio e a Convenção de Genebra, a exposição apresenta a atuação da Fundação Nacional do Índio com relação à aceleração dos trabalhos de demarcação de terras, bem como ampliação da assistência às comunidades indígenas.

Os painéis mostram a atuação da Secretaria Especial do Meio Ambiente — SEMA — com relação à proteção e preservação dos ecossistemas naturais, controle das atividades poluidoras, incentivo ao estudo e à pesquisa de tecnologia orientada para o uso racional dos recursos ambientais, proteção das áreas ameaçadas e recuperação das áreas degradadas.

O Senador Marcos Freire (PMDB-PE) responsabilizou o Governo pela chacina de 11 peões no Parque do Xingu, quando desmatavam uma área pleiteada pelos índios tucarramães, porque o próprio Ministro do Interior, Mário Andreazza, já havia alertado sobre os perigos de conflitos, tendo em vista a passagem da Rodovia BR-080 dentro da área indígena.

O Senador pediu ao Governo e ao Congresso a promoverem, juntos, "um amplo estudo com objetivo de serem garantidos aos mais de 100 mil indígenas todas as condições indispensáveis para a sobrevivência das nações indígenas, que já estão cansadas de sofrer humilhações e perseguições". O vice-líder do RDS, Sr José Lins, defendeu a desapropriação da área como solução desejável.

Ministro garante que desmatamento é de 1%

O Ministro Mário Andreazza desmentiu que o desmatamento da Amazônia esteja atingindo proporções de 10 a 20%, como vem sendo anunciado. Segundo ele esta percentagem é de apenas 1%, de acordo com as fotos obtidas através de satélites.

Ele concordou que a área máxima prevista para o Projeto Jari, de 600 mil hectares, é muito grande para uma única empresa, "apesar de todos os benefícios que vem trazendo para toda a região Amazônica", e acha que de agora em diante o Governo não deve mais permitir projetos desta dimensão.

O Ministro do Interior declarou que o desmatamento da região Amazônica vem sendo acompanhado também pelo Ministério da Agricultura, através de satélites. "Notou-se, nessas fotos, que o índice de desmatamento não atinge as proporções que estão sendo anunciadas, e que as áreas críticas estão na Rondônia, Norte de Mato Grosso, Sul do Pará, nas regiões da Belém—Brasília e Paragominas. Considerando a extensão da região, de aproximadamente 280 milhões de hectares de floresta densa, esta percentagem (1%) ainda significa pouco."

Concordando que o desmatamento vem aumentando de ano para ano, o Ministro Mário Andreazza, propôs ao Ministério da Agricultura o estabelecimento de uma política florestal para a Amazônia, "que está sendo examinada pelo Presidente da República, para depois ser encaminhada ao Congresso, para que não se torne uma decisão do Governo, mas de toda a nação, considerando a importância desta região dentro do aspecto da ecologia. Este projeto visa sobretudo a compatibilização dos aspectos econômicos e ecológicos. Estamos cientes dos perigos que corre a Amazônia, mas ainda temos condições de preservá-la".